



A LITERATURA DA RESISTÊNCIA: A BUSCA PELA COMPREENSÃO DA MEMÓRIA DO TRAUMA POR UMA ESCRITA DE AUSÊNCIAS

THE LITERATURE OF RESISTANCE: UNDERSTANDING THE MEMORY OF TRAUMA FOR A WRITING OF ABSENCES

*Catiussa MARTIN*¹

Resumo: o estudo tem por objetivo refletir sobre os trabalhos da memória ferida vinculados à necessidade da escrita. Leva-se em consideração o sujeito vítima dos períodos opressores e de situações limites à representação através da análise da obra *A Resistência*, de Julián Fuks (2015). Com o embasamento teórico em Jelin (2012), Ricouer (2007) e Seligmann-Silva (2003), percebe-se que a narrativa é uma forma de encontrar alívio à memória de um passado ainda presente na busca pela reconciliação das lembranças insistentes e ausentes. Tem-se, na literatura, a acolhida com a memória coletiva em uma busca pelo processo de compreensão da memória fragmentada através da escrita de ausências. Registra-se para (não)esquecer.

Palavras-chave: memória; resistência; Julián Fuks; contar.

¹ Doutoranda em Letras (Literatura) pela Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: catiussamartin@hotmail.com.





Abstract: this study aims to reflect on the workings of injured memory linked to the need of writing. It takes into account the subject victim of oppressive periods and situations limited to representation through the analysis of Julián Fuks's *A resistência*. (2015). With the theoretical basis in Jelin (2012), Ricouer (2007) and Seligmann-Silva (2003), it is perceived that the narrative is a way to find relief from the memory of a past still present in the search for the reconciliation of the insistent and absent memories . There is, in the literature, the welcome with the collective memory in a search for the process of understanding the fragmented memory through the writing of absences. Register to (do not) forget.

Keywords: memory; resistance; Julián Fuks; tell.

“Sinto que sou em parte um ser que eles moldaram para contá-los, que minha memória é feita de sua memória, e minha história haverá sempre de contar a sua história”.

Julián Fuks

Introdução

Esta pesquisa tem por objetivo refletir sobre alguns aspectos vinculados à necessidade e à resistência da narrativa, às aporias do lembrar e do esquecer em que os debates sobre os discursos da memória e da história ganham corpo no contexto literário. Além de abordar os problemas que, inicialmente, dizem respeito ao tratamento dado à literatura que emerge das diferentes situações de violência, em especial, no contexto latino-americano, no qual o tema e a relativização dos autores que emergiram pós-conflito e regimes internos, como a obra de Julián Fuks, têm como representação os caminhos da memória e da necessidade da narrativa, para além da crítica ao apelo mercadológico pautado no tema da violência.

Nessa perspectiva, é relevante mencionar que quem, ainda hoje, representa a violência nas páginas literárias não mais a produz como na década de 1960 e 1980. Mas, todavia, sabe-se que há uma prática literária que está relacionada ao passado de violência, não somente ao teor, como, também, às sequelas de regimes políticos como uma necessidade de proporcionar voz a sentimentos, identidades e sujeitos diferentes, em que a literatura, apesar de muitas divergências em suas definições, chama a atenção à política de solidariedade presente na narrativa; assim como os



vínculos estabelecidos entre realidade histórica e ficção, com embates políticos e ideológicos presentes na narrativa do trauma que pode estar contribuindo a um jogo de elaboração de identidades nacionais integrado pela memória e história, realidade e ficção, subjetividade e testemunho, enquanto uma ação necessária ao enfrentamento do trauma vivenciado em países em que a violência ainda está condicionada à existência. Assim, a relação entre narrador literário, autor, personagem e leitor remete à situação de diferentes países, dialogando com as consequências da memória, que é, além de resistente, também insistente.

Para responder a tais pensamentos, estabeleceram-se algumas hipóteses que nortearam este estudo com base em Ricoeur (2007), Seligmann-Silva (2008) e Jelin (2012): uma delas é (1) a de que a literatura, no contexto latino-americano, está mais relacionada com a memória do trauma do que com a comercialização e com o apelo da violência, discutindo-se, criticamente, a abordagem da memória, em contrapartida com os registros da história; (2) a narrativa de um real ficcional está vinculada ao trabalho da memória, que fornece outras versões da história factual, ainda que ficcionais; (3) junto à necessidade de que o sujeito vítima de uma situação extrema de violência tem da narrativa, como pode ser observado nas estratégias textuais da obra *A Resistência*, de Julián Fuks, com o entrecruzamento da memória coletiva com a individual e com a autoficção de um autor que é, ao mesmo tempo, narrador e personagem de uma história cuja realidade dos fatos somente ele pode garantir, entra em foco, principalmente, o modo como esse sujeito se coloca diante da narrativa, o modo como narra a história de uma lembrança inquieta e insistente. A obra em questão vai além da história de uma família exilada e apresenta uma crítica sutil ao emaranhado de violência que atingiu a Argentina durante a ditadura e os traços das sequelas dos registros de lembranças que necessitam encontrar sentido para um recomeço.

Tais eventos são ficcionalizados pelas lembranças do irmão, pelas lutas sociais e pela rotina familiar. No entanto, não se trata da história do autor, mas dos caminhos pelos quais ele vai tecendo a narrativa de uma memória que é textualizada completamente inundada pelas ações e rememorações que dialogam com as interferências ideológicas de um passado que resiste ao esquecimento e com as expectativas do futuro sobre o evento. O narrador põe sua memória em diálogo com as lembranças do pai e da mãe, referentes, em primeiro plano, à adoção do irmão mais velho, mas, como pano-de-fundo, apresenta a ditadura e o exílio que à família foram impostos; expectativas, desejos e sentimentos também vão compondo a trama.

Este estudo não se preocupa em definir o gênero literário, mas interessa-se em pensar a relação entre a narrativa, o trauma, memória e como esse sujeito articula a capacidade de narrar sobre si, a maneira como ele conta a história, que



seria talvez, a controversa autoficção, segundo Lejeune (1994). A partir das considerações feitas, pensou-se em refletir sobre como tais campos estão relacionados e sobre seus limites, articulados com os trabalhos da memória ferida e a necessidade de narrar sobre si para registrar e compartilhar uma memória.

1. Reflexões sobre a memória e a narrativa

Discute-se que a maioria das publicações que enfocam a violência e o trauma no contexto latino-americano tem resultado do relato que necessitou de tempo para ser contado, fruto do trabalho de luto e das lembranças emergidas da rememoração do evento traumático, que, na literatura, é representado não somente por personagens, mas, principalmente, por um narrador que conta e por um autor que, quase sempre, escreve sobre si e compartilha a história da sua memória, o qual, por isso, vincula-se, ainda que sutilmente, à capacidade de autoficção segundo Lejeune (1994). É o caso em que todas as lembranças estão à espera, aguardando o enredo que é construído pós-memória ferida:

como os personagens da narrativa são postos na trama simultaneamente à história narrada, a configuração narrativa contribui para modelar a identidade dos protagonistas da ação ao mesmo tempo que os contornos da própria ação. [...] É mais precisamente a função seletiva da narrativa que oferece à manipulação a oportunidade e os meios de uma estratégia engenhosa que consiste, de saída, numa estratégia do esquecimento tanto quanto da rememoração (RICOEUR, 2007: 40).

Assim, é interessante levantar algumas reflexões sobre os registros da memória, individual e coletiva, as dificuldades e a necessidade da narrativa e o real que é apresentado, porque as histórias emergem de um tempo de ausência, silêncio, dor e luto, que são misturados com os sentimentos na reflexão sobre o passado. Nessa operação de dar sentido ao fato, tendo vivenciado diretamente ou sendo atingido pela perda repentina de um ente próximo, tem-se, primeiramente, a busca pelo reconhecimento de uma ausência, que é o sintoma das manifestações do trauma. Ou seja, estão relacionadas a “a preocupação por algo que empurra o trabalho interpretativo para encontrar o significado e as palavras que o expressam. Na situação extrema de ruptura e confusão, as palavras não são encontradas para expressar e representar o que aconteceu”²⁻³ (JELIN, 2012: 68). É uma busca nas

2 A passagem original é a seguinte: “la inquietud por algo que empuja a trabajar interpretativamente para encontrarle el sentido y las palabras que lo expresen. En la situación extrema de ruptura y confusión, no se encuentran las palabras para expresar y representar lo sucedido” (JELIN, 2012: 68).

3 As traduções que seguem no corpo do texto são livres.



lembranças por imagens que possam compreender o que aconteceu no passado. Daí, é essencial estudar os mecanismos do discurso da memória dos conflitos, partindo de um diálogo com a psicanálise, já que não se pode esquecer que é o contexto histórico de violência que contribuiu para que muitos críticos revissem o conceito, envolvendo a relação da ficção literária e o momento histórico.

No entanto, é relevante pensar em quem relata a história no contexto das guerrilhas e ditaduras; para Seligmann-Silva (2003), é lembrar a figura do *mártir* que se destaca como uma pessoa que sofreu algum tipo de ofensa que pode significar a morte. O resgate da tradição narrativa após os eventos limites à representação na memória gera a ambiguidade no sentido do testemunho. Quem o faz narra o quê? Para quê? É uma necessidade ou é uma lacuna que busca a narrativa? Toma-se como noção primeira a visão de Appelfeld, em que o sobrevivente,

ao contar e revelar, está ao mesmo tempo escondendo. [...] Essa escrita deve ser lida com precaução, de modo que se veja não apenas o que aí se encontra, mas também, e essencialmente, o que está faltando. O testemunho do sobrevivente é, antes de mais nada, a busca de um alívio; e como ocorre com qualquer carga, aquele que a porta quer se livrar dela o quanto antes (SELIGMANN-SILVA, 2003: 20).

Propõe-se, então, a noção de Jelin (2012), para quem o que importa, nesse caso, é ter ou não ter as palavras para expressar o que aconteceu e conseguir elaborar a experiência e a subjetividade a partir desses eventos que podem chocar. Dentre as características do trauma, está a agressão do choque que cria um espaço vazio — oco —, na capacidade de que o sujeito tem de falar ou de contar, provocando um buraco na habilidade psíquica de representação. Por fim, as palavras e as lembranças faltam. Têm-se, então, as marcas da dor, o silêncio e as patologias. O trauma altera a memória, que dificulta ou impede a vítima, até certo ponto, de se recuperar, transmitir ou falar sobre o acontecido.

Uma das opções é buscar auxílio na psicanálise para levantar algumas reflexões sobre o problema, pois os períodos de guerra, ditaduras, guerrilhas deram origem a um grande número de doenças desse tipo (FREUD, 1998). No fundo, a literatura abraçou o testemunho, abraçou a memória coletiva, revelando elementos constituintes do presente catastrófico ocasionados em um passado que não passa e que carrega, ao mesmo tempo, a tentativa de traçar os limites do que é possível contar, já que o “autor que narra os seus descaminhos o faz para mostrar em que medida seu percurso é não só labiríntico, mas propriamente circular” (SELIGMANN-SILVA, 2003: 20). É uma dificuldade estritamente relacionada à neurose traumática.

Na psicanálise, Freud argumenta que a tensão gerada pelo evento coloca as lembranças em movimento, trazendo a influência do presente sobre o passado,



como algo que, mesmo que envolvido relute em não pensar, insiste em estar presente. É, para Jelin (2012), a obsessão da memória, a luta por não recordar o que pode machucar. Tal fato ocorre, principalmente, após períodos de catástrofes sociais, massacres e genocídios, que geram a vontade de querer e de, ao mesmo tempo, não querer saber, desejo de fugir das lembranças porque “mais do que memórias, o que pode ser vivido é um buraco, um vazio, um silêncio ou os vestígios desse trauma que se manifestam em comportamentos ou mesmo em patologias atuais (e, com frequência, um simples ‘esquecimento’)”⁴ (JELIN, 2012: 66). De certa forma, também é a relação com o que Freud relaciona ao instinto da “compulsão da repetição”, que se manifesta, até mesmo, em sonhos:

os sonhos dos pacientes que sofrem de neuroses traumáticas nos conduzem de volta, com tal regularidade, à situação em que o trauma ocorreu. [...] Esses sonhos esforçam-se por dominar retrospectivamente o estímulo, desenvolvendo a angústia cuja omissão constitui a causa da neurose traumática. [...] Eles surgem antes em obediência à compulsão à repetição, embora seja verdade que, na análise, essa compulsão é apoiada pelo desejo (incentivado pela “sugestão”) de conjurar o que foi esquecido e reprimido (FREUD, 1998: 41).

A liberdade da memória é interrompida. A tarefa passa a ser a de evocação e de controle dessas lembranças, na tentativa de atribuir sentido ao que está sendo imposto à vítima, porque a experiência traumática continuamente se impõe ao sujeito, mesmo em sonho, fazendo com que ele adquira uma fixação pelo momento do trauma:

o objetivo que fora estabelecido – que o inconsciente deve tornar-se consciente [...]. O paciente não pode recordar a totalidade do que nele se acha reprimido, e o que não lhe é possível recordar pode ser exatamente a parte essencial. [...] É obrigado a repetir o material reprimido como se fosse uma experiência contemporânea, em vez de [...] recordá-lo como algo pertencente ao passado. [...] Os pacientes repetem na transferência todas essas situações indesejadas e emoções penosas, revivendo-as com a maior engenhosidade. [...] São repetidas sob a pressão de uma compulsão (ibid.: 25-7).

Entretanto, há uma confusão de estado que dificulta a compreensão do ocorrido, porque, mesmo que não se queira lembrar a situação, ela se impõe à vítima, e é aí que a repetição se torna uma insistência diretamente ligada ao instinto, na tentativa de encontrar a explicação ou o alívio ao sofrimento da perda:

4 A passagem original é a seguinte: “más que recuerdos lo que se puede vivir es un hueco, un vacío, un silencio o las huellas de ese trauma manifestas en conductas o aun patologías actuales (y, las menos de las veces, un simple ‘olvido’)” (JELIN, 2012: 66).



parece, então, que um instinto é um impulso, inerente à vida orgânica, a restaurar um estado anterior de coisas, impulso que a entidade viva foi obrigada a abandonar sob a pressão de forças perturbadas externas, ou seja, é uma espécie de elasticidade orgânica, ou, para dizê-lo de outro modo, a expressão da inércia. [...] Sua conclusão lógica é a hipótese de que todos os instintos tendem à restauração de um estado anterior de coisas (ibid.: 47-8).

A repetição das experiências desagradáveis está relacionada ao instinto e é por isso que foge da razão lógica do real. Pode-se dizer que cada experiência repetida fornece uma nova imagem do fato na busca por uma aprovação. O impulso da lembrança faz com que o sujeito agregue ao ocorrido as experiências que o cercam, contribuindo para a sujeição da memória do acontecimento às interferências do presente sobre o fato passado. Em outras palavras, pode, também, ser difícil compreender que essa retenção do trauma é uma forma de manter ativa a lembrança.

Entre o trabalho da ausência relacionado à compulsão e à repetição da memória do trauma está a necessidade do tempo para a possibilidade de compreender o que ocorreu. Uma das formas utilizadas para que a ausência faça sentido, deixe de ser dolorosa e se comece a conquistar a paz é a vontade de testemunhar, ou seja, verbalizar, após um tempo, a circunstância que atingiu o sujeito, na tentativa de dar sentido às imagens geradas pelo instinto de repetir na memória. “A necessidade absoluta do testemunho. Ele se apresenta como condição de sobrevivência” (SELIGMANN-SILVA, 2008: 73). Tal fato pode ser melhor explicado com as palavras de Levi sobre a importância de falar para, simultaneamente, tentar compreender as mortes e o trauma do campo de concentração nazista. Ele relata que “a necessidade de contar ‘aos outros’, de tornar ‘os outros’ participantes alcançou entre nós, antes e depois da liberdade, caráter de impulso imediato e violento, até o ponto de competir com outras necessidades elementares” (LEVI *apud* SELIGMANN-SILVA, 2008: 73-4). É, ao mesmo tempo, uma busca por atenção, por escuta ou, simplesmente, é tentativa de compartilhar para registrar o fato que passa pelo trabalho da perda e pelo trabalho da memória.

Assim, ao refletir sobre a fronteira que permeia a memória, tem-se uma lembrança ferida em que as palavras são ausentes ou insuficientes, para que se possa alcançar a verbalização concreta da cena. “Eventos traumáticos geram estragos na capacidade narrativa, lacunas na memória. [...] é a impossibilidade de dar sentido ao acontecimento passado. [...] Nesse nível, o esquecimento não é ausência ou vazio. É a presença dessa ausência”⁵ (JELIN, 2012: 61). Tem-se ainda

5 A passagem original é a seguinte: “Los acontecimientos traumáticos conllevan grietas en la capacidad narrativa, huecos en la memoria. [...] es la imposibilidad de dar sentido al acontecimiento pasado. [...] En este nivel, el olvido no es ausencia o vacío. Es la presencia de esa ausencia” (JELIN, 2012: 61).



a cisão entre linguagem e o evento, a impossibilidade de recobrir o vivido (o “real”) com o verbal. [...] Essa linguagem entravada, por outro lado, só pode enfrentar o “real” equipada com a própria imaginação: por assim dizer, só com a arte a intraduzibilidade pode ser desafiada – mas nunca totalmente submetida (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 46-7).

O sujeito conta, também, porque encontrou alguém que quer ouvir. “Para contar os sofrimentos, é necessário encontrar do outro a vontade de ouvir.”⁶ (JELIN, 2012: 64). Entretanto, não é ouvida a história real, mas os fatos elaborados pela lembrança trabalhada na memória, que é o real do trauma, segundo Lejeune, é a autoficção (1994), já que cabe enfatizar que “nunca haverá coincidência entre discurso e “fato”, uma vez que a nossa visão de mundo sempre determinará nossos discursos e a reconstrução da história” (SELIGMANN-SILVA, 2003: 17). Entretanto,

as feridas da memória [...] que têm muita dificuldade em constituir o seu significado e unir a sua narrativa. São situações em que a repressão e a dissociação agem como mecanismos psíquicos que provocam interrupções e lacunas traumáticas que são “tragicamente solitárias”, enquanto as memórias narrativas são construções sociais comunicáveis aos outros. [...] Em tudo isso, o esquecimento e o silêncio ocupam um lugar central. Toda narrativa do passado implica uma seleção. A memória é seletiva; memória total é impossível (JELIN, 2012: 62)⁷.

Assim, resta mencionar que se está “pesando o ‘real’ da memória a partir de uma participação/imersão ativa dos sujeitos de conhecimento no processo histórico, também cai por terra a ilusão da objetividade do discurso dito científico” (SELIGMANN-SILVA, 2003: 10). Percebe-se que, quando a narrativa ocorre, o sujeito afetado (re)descobre, processa e (re)lembra, de forma não-linear, o que vivenciou. Logo, é uma história subjetiva. Ou seja, é uma lembrança que acontece gradativamente, como uma colcha de retalhos, influenciada pelo ontem, o hoje e o amanhã.

6 A passagem original é a seguinte: “Para relatar sufrimientos, es necesario encontrar del otro lado la voluntad de escuchar” (JELIN, 2012: 64).

7 A passagem original é a seguinte: “las heridas de la memoria [...] que tantas dificultades tienen en constituir su sentido y armar su narrativa. Son las situaciones en las que la represión y la disociación actúan como mecanismos psíquicos que provocan interrupciones y huecos traumáticos son “trágicamente solitarias”, mientras que las memorias narrativas son construcciones sociales comunicables a otros. [...] En todo esto, el olvido y el silencio ocupan un lugar central. Toda narrativa del pasado implica una selección. La memoria es selectiva; la memoria total es imposible” (JELIN, 2012: 62).



2. Vozes e ausências da memória da resistência na trajetória da narrativa para enfrentar o passado e o futuro

Como já abordado, a maioria das obras do contexto latino-americano parte do trauma relacionado aos conflitos internos, como os genocídios, ditaduras, holocausto, que, por sua vez, fornecem uma interpretação subjetiva do período de violência que pode dialogar ou contradizer o discurso histórico: “a construção de memórias que implica uma multiplicidade de vozes, a circulação de múltiplas “verdades” e também de silêncios e coisas não ditas. [...] Os silêncios e o não dito podem ser expressões de lacunas traumáticas”⁸ (JELIN, 2012: 124). O estudo de Jelin coincide e auxilia na problemática dos trabalhos da memória, tendo como base o passado recente:

“Passado recente”, porque em certo sentido era um eufemismo para a dificuldade de nomear ditaduras, violência política, as situações extremas às quais grandes setores de nossas sociedades eram submetidos. “Passado recente” porque foi um passado muito presente. [...] eram os processos sociais que necessitavam ser compreendidos (JELIN, 2012: 10)⁹.

Tal pensamento amplia as discussões que entrecruzam a literatura e a História. Enquanto a primeira volta à lembrança e à imaginação que pode ou não ser comprovada, a segunda presume-se que parte de registros oficiais. É a mesma problemática abrangente de Jelin que lança o modelo de definição, aparentemente passiva, das transições pós-ditatoriais, “quando a partir do campo institucional e político, dos movimentos sociais e das subjetividades das vítimas e dos sobreviventes, a urgência de encarar e enfrentar esses passados foi delineada, são, sim, muito recentes”¹⁰(ibid.: 10). Tendo em vista que a relação da narrativa e da memória é um dos propósitos da reflexão, torna-se pertinente recordar quem é o sujeito que lança as suas lembranças desse passado recente e, em muitos casos, com efeitos opostos ao registro histórico. Os discursos da memória foram ganhando corpo e propagando a cultura de

8 la construcción de memorias que implica una multiplicidad de voces, la circulación de múltiples ‘verdades’ y también de silencios y cosas no dichas. [...] Los silencios y lo no dicho pueden ser expresiones de huecos traumáticos” (JELIN, 2012: 124).

9 “pasado reciente”, porque en algún sentido era un eufemismo frente a la dificultad de nombrar las dictaduras, las violencias políticas, las situaciones límite a la que fueron sometidos amplios sectores de nuestras sociedades. “Pasado reciente” porque era un pasado muy presente. [...] eran los procesos sociales que había que tratar de comprender (JELIN, 2012: 10).

10 cuando desde el campo institucional y político, desde los movimientos sociales y desde las subjetividades de las víctimas y sobrevivientes se perfiló la urgencia de encarar y enfrentar esos pasados, ahí sí muy recientes” (ibid.: 10).



um sujeito que precisa e quer contar a história pós-trauma. O sofrimento pelo qual elabora-se a narrativa também pode ser uma opção de registro do fato para apresentar o relato ao outro.

Neste ponto, tem-se um pouco mais de esclarecimento sobre quem é esse sujeito que narra e sobre para que esse sujeito narra. Assim, pode-se pensar em experiências narrativas que, de fato, apresentam um discurso diferente do documento histórico. Trata-se de uma memória narrada que resulta de um acontecimento traumático cujo fato o sujeito pode elaborar antes de registrar a narrativa, partindo do que é possível recordar.

No sentido mencionado de passado que não passa, que se mantém ativo nas memórias dos sobreviventes dos conflitos e entra em debate com o documento histórico, a lembrança é evocada – recordada – e somente existe porque, segundo Ricoeur (2007), é algo que alguém vivenciou, é a memória de si mesmo, exercida e refletida.

As narrativas apresentam as influências da memória, de modo que a do conflito é diferente do registro conhecido e comprovado da História. Esta, apesar de também passar pela subjetividade do historiador ao selecionar o que irá privilegiar, é objetiva, porque está baseada em documentos e registros históricos referenciais, enquanto aquela é subjetiva e não-linear. A memória traumática, como observado em Freud, é marcada pela compulsão de repetir as lembranças, tornando-a fragmentada ao partir do real em ruínas, de modo que há, sobre o evento que passou, consideráveis influências do presente, que tiram a classificação de História, com vinculações comprobatórias com o real, e que passam a ser vistas como a memória do trauma que “pode ser infinitamente *re-inscrita*, mas nunca definitivamente traduzida [...] e que só se deixa perceber em um determinado agora” (SELIGMANN-SILVA, 2003: 394).

Logo, as lutas políticas no registro ou a denúncia do fato histórico encoberto ou silenciado por interesses políticos encontram, na memória, mais uma forma de fornecer outro olhar ao evento histórico que torna o passado ainda ativo. “A experiência temporal e a operação narrativa se enfrentam diretamente” (RICOEUR, 2007: 17). Ou seja, tem-se uma batalha no presente frente às diferentes interpretações e sentidos contra as repressões, lembranças e esquecimentos gerados por lutas políticas e registros históricos.



3. As marcas da memória em *a resistência, de Julián Fuks*

Na construção de *A resistência*, Julián Fuks entrecruza o processo de escrita com a história do irmão adotivo e a trajetória política e social da família, sobreviventes da ditadura Argentina, exilados no Brasil. Mais especificamente, ele familiariza o leitor com a vida do protagonista e o processo de adoção do irmão; e, também, com a trajetória da família, considerada de esquerda politicamente. Depois, vai relatando a decisão de permanecer no Brasil ou retornar à Argentina. Há um jogo de vai e vem pela resistência de escrever e de lembrar, pelas sutilezas da memória que registram as marcas não tão sutis da ditadura Argentina.

Dessa forma, *A resistência*, de Julian Fuks, pelos motivos que seguem neste estudo, está além das características de um romance, pois a obra estabelece um processo da memória do trauma que precisa ser contado a partir da (de)composição das lembranças *ao narrar o outro sobre si*, o que, neste estudo pode ser considerada como uma proposta de autoficção, termo abordado por Lejeune (1994), mas que não será debatido neste momento, já que o foco é a abordagem da memória, que é o principal gatilho da autoficção.

Observa-se que os elementos narratológicos adquirem facticidade pela combinação de relacionamentos e experiências textuais que os originam. Assim, a história possui três motes: o irmão adotivo, a ditadura Argentina – o exílio – e, por fim, o complexo processo de resistência da memória na escrita. A obra é o meio utilizado para expressar as dificuldades da memória em lembrar e registrar um passado com vínculos com a situação política de regimes opressores. Para tanto, o autor entrecruza, no enredo, a incompreensão da memória e a necessidade de falar sobre o problema e o vínculo com o silêncio: “meu irmão é adotado, mas não posso e não quero dizer que meu irmão é adotado. Se digo assim, se pronuncio essa frase que por muito tempo cuidei de silenciar, reduzo meu irmão a uma condição categórica” (FUKS, 2015: 9).

Adoção, família, exílio, violência, ditadura militar Argentina, regime opressor – tudo se converte em memória pessoal e história. No dilema entre calar ou confessar, lembrar ou inventar, o narrador segue, mesmo que na impossibilidade de contar sobre o irmão, o país, ciente de que nenhuma palavra fará jus ao irmão e às lembranças dos fatos. Logo, escrever passa a ser, na trama, um ato de resistência, resistir ao que parece impossível de verbalizar, palavras da memória:

prefiro evocar de palavras guardadas na obscuridade da memória, palavras que já esqueci mas que minha mente cuidou de transformar em vagas noções, turvas imagens, impressões duvidosas. Com esses escombros imateriais tenho tratado de construir o edifício desta história, sobre alicerces subterrâneos tremendamente instáveis (ibid.: 90).

A escrita vai se tornando uma descoberta em uma trama da própria memória: “visito os museus da memória, transito por corredores sinistros, me deixo consumir ainda uma vez pelos mesmos destinos trágicos, as mesmas tristes trajetórias” (ibid.: 9). Já as dificuldades da memória ferida, compulsiva, de espaços brancos e negros abordados tanto por Freud (1998) quanto Jelin (2012) e Seligmann-Silva (2003), como observado, estão presentes na obra. A necessidade de lembrar e a de esquecer, de registrar para compartilhar os traços da resistência tanto da memória quanto da escrita:

sei que escrevo meu fracasso. Não sei bem o que escrevo. Vacilo entre um apego incompreensível à realidade – ou aos esparsos despojos de mundo que costumamos chamar de realidade – e uma inexorável disposição fabular [...] Queria falar do meu irmão, do irmão que emergisse das palavras mesmo que não fosse o irmão real, e, no entanto, resisto a essa proposta a cada página [...] e em vez disso me alongo nos meandros do passado, de um passado possível onde me distancio e me perco cada vez mais.

Sei que escrevo meu fracasso. Não sei bem a quem escrevo. [...] agora paraliso diante das letras e não sei quais escrever (ibid.: 95-6).

Logo, o autor-narrador-protagonista reconstrói a trajetória da adoção e do exílio partindo das lembranças, fala dos outros para também contar de si, da resistência da memória insistente ao rememorar fatos esquecidos – brancos e negros, certos e incertos – penosos e solitários cuja lembrança não é apenas dolorida, mas, também, é aconchegante quando encontra acolhida, até mesmo na ausência. Logo, a linguagem apresenta, junto ao exercício da memória, a intenção e a tomada de consciência sobre a obra. “Inutilmente interrogávamos a memória à procura de evidências[...]” (ibid.: 72). Na mesma proporção em que relata as dificuldades para escrever a história desejada, que é permeada pelas ausências,

há pesares que não sucumbem a argumentos, há dores que não se enxergam. Há histórias que não se inventam [...] há casos que não habitam a superfície da memória e que, no entanto, não se deixam esquecer, não se deixam recalcular. No espaço de uma dor cabe todo o esquecimento [...] às vezes, no espaço de uma dor cabe apenas o silêncio. Não um silêncio feito da ausência das palavras: um silêncio que é a própria ausência (ibid., 2015: 75).

Percebem-se várias vozes na memória literária, ora a leitura chama atenção, principalmente, à resistência de escrever, “não sei porque não calo nestas páginas” (ibid.: 74), além da resistência do irmão em sair do quarto e fazer parte da família, da resistência da família ao regime e ao fato de retornar ao país de origem, da mãe em se manter firme na decisão de ter um outro filho, e, novamente à escrita, mas com a resistência em reconhecer e a cessar o pensamento fragmentado – lembrar: “como acessar de fato a situação difícil, como elaborar sua complexidade se tantas noções estavam vetadas, se os pensamentos se interrompiam” (ibid.: 73).

Observa-se a angústia e a necessidade de que o sujeito tem de narrar e de compartilhar uma história com vínculo à violência, neste caso, vítima da ditadura. Quer contar a sua história, a história da família entre tantas outras vítimas, seja do regime ditatorial, na necessidade de reconhecer a si, à procura da identidade perdida. Ao transcrever as palavras da memória inquieta, percebe-se a busca da compreensão e, ao mesmo tempo, os cuidados com as palavras registradas ao rememorar os fatos: “quase tudo o que me dizem, retiram; quase tudo que quero lhes dizer se prende à garganta e me desalenta. Sei e não sei que meu pai pertenceu a um movimento”, (ibid.: 40). Como observado, as marcas do regime também estão presentes no texto em diferentes momentos, quando ainda, por exemplo, o pai resiste a ter o filho “fosse outra forma de luta, de recusa à aniquilação proposta pelo regime. Ter um filho há de ser sempre um fato de resistência”, (ibid.: 42). Na passagem sobre a morte da amiga e colega de trabalho da mãe do protagonista, Marta Brea:

a atrocidade de um regime que mata e que, além de matar, aniquila os que cercam suas vítimas imediatas, em círculos infinitos de outras vítimas ignoradas, lutos obstruídos, histórias não contadas – a atrocidade de um regime que mata também a morte dos assassinados (ibid.: 78).

Na tentativa de recuperar as outras histórias, mistura as lembranças pessoais com as coletivas, como a da Marta Brea, já que é um sujeito inserido em uma cultura divergente politicamente, mescla interesses pessoais com profissionais, lucidez com emoção; em uma tentativa de recuperar as memórias, “sinto que sou em parte um ser que eles moldaram para contá-los, que minha memória é feita de sua memória, e minha história haverá sempre de contar a sua história”, (ibid.: 104). Nessa perspectiva, escrever é registrar as ausências que entram em acolhida com outras memórias, às coletivas,

a sua ausência mora em círculos infinitos de outras casas ignoradas – a ausência de muitas Martas, diferentes nos restos desconstruídos, nos traços deformados, nas ruínas silenciosas. Em tudo diferentes, iguais apenas no pesar que

não sucumbe, [...] na dor que não se exalta, [...] outro holocausto, mais um entre muitos holocaustos, e tão familiar, tão próximo (ibid.: 78).

Compartilhar a história de uma memória que quer ser contada e ouvida é, também, um convite ao diálogo com o outro. O tempo do silêncio, do passado, do presente e do futuro: “como é imensurável o tempo da inação, o tempo do silêncio, como é diferente deste tempo do encontro” (ibid.: 132). Tem-se, nitidamente, a relação do tempo e da escrita, da memória ferida “penso no tempo: se desconheço a família, [...] este é um livro velho. [...] Há quanto tempo as histórias não são as mesmas, os conflitos se dissolveram?” (ibid.: 133).

Na narrativa da memória do trauma, para Jelin (2012) e Freud (2014), o tempo é o de um passado que não passa, de um ex-futuro, e o sujeito, então, busca se identificar com a situação narrada para que a experiência não passe em branco ou possa cair no esquecimento e, finalmente, possa ter um conforto à memória pessoal com a acolhida da coletiva. Como consequência das narrativas da memória, segundo Ricouer (2007), o real fica em segundo plano e a ênfase centra-se no sujeito e na ação de compartilhar a história em uma mistura de ideias e estilos proporcionados pela palavra literária que encontram acolhida no outro que deseja ouvir.

Considerações finais

Ao tentar refletir sobre a crescente abordagem da violência nas páginas literárias, buscou-se visitar, um pouco, os caminhos da memória que necessitam de compreensão e que estão aparecendo na escrita literária como uma estratégia de acolhimento coletivo com o tema em questão. Na obra analisada de Fuks, *A resistência*, não há o apelo ao tema da violência, mas compreende-se a tentativa de narrar as sequelas da lembrança e de uma memória que ficaram de uma ausência, percebida ora pelo exílio, ora pela adoção, ora pelas sequelas da ditadura, por fim, ora pela resistência da memória na busca pela identidade.

Na esteira desse raciocínio, a escrita, então, enquanto propulsora da memória ferida, carrega uma história, indiferente do vínculo político ou da estrutura econômica. É o que Jelin (2012) chama de reconstrução de si mesmo pela necessidade da narrativa. É contar ao outro, na tentativa de não esquecer, de estabelecer uma relação da história do eu com a história do outro. Assim, cria-se o vínculo com o leitor, na multiplicidade de vozes que as narrativas da memória do trauma possibilitam, fornecendo as verdades

subjetivas de uma lembrança do passado, representado por um autor-narrador-personagem que se tornam um só.

Quanto ao narrador, este fornece o modo como lidar com a escrita, numa convergência entre literatura, política e violência, em que a narrativa é uma forma de trabalhar com o passado em que foi submetido. O texto permite pensar como o protagonista se coloca diante da memória impulsiva e viabiliza a escrita sobre o passado insistente, fornecendo à história oficial outro olhar sobre o evento, já que a forma de compreender a situação está aliada à necessidade da narrativa que há na vítima, com a capacidade de identificação do leitor.

Nesse movimento, portanto, o sujeito envolvido, segundo Seligmann-Silva (2003), enseja uma busca pelo alívio em que contar e revelar surgem como opções para se livrar de uma carga, e é por ser uma escrita que revela e, ao mesmo tempo esconde, que necessita de precaução na leitura, pois, muitas vezes, o essencial não é o que está presente, mas o que está faltando na escrita, outro jogo que vai revelando os caminhos da memória individual que ganha acolhida na coletiva, sendo, então, a narrativa uma tentativa de compartilhar as nuances da memória resistente e insistente à compreensão, na busca pela acolhida e identificação com o outro que a deseja ouvir, tendo, enfim, o acolhimento na literatura à memória dos conflitos que se tornam, assim, plurais, que tornam o passado, a identidade também no presente.

Referências

FREUD, Sigmund. **Além do princípio de prazer**. Tradução de Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

FUKS, Julián. **A resistência**. 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. 2 ed. Lima: IEP, 2012.

LEJEUNE, Philippe. **El pacto autobiográfico y otros estudios**. Tradução de Ana Torrent. Madrid: MEGAZUL-ENDYMION, 1994.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Narrar o trauma. A questão dos Testemunhos de Catástrofes Históricas**. In.: UMBACH, Rosani Ketzer (org.). **Memórias da repressão**. Santa Maria: UFSM, PPGL – Editores, 2008.

_____. **História, Memória, Literatura: o testemunho na era das catástrofes**. Campinas: Unicamp, 2003.